

RESOLUÇÃO Nº 18/REIT - CEPEX/IFRO, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.002838/2020-32, considerando ainda a aprovação unânime do CEPEX, durante a 21ª Reunião Ordinária, em 22/09/2020;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, na Modalidade a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Presidente do Conselho**, em 25/09/2020, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1030653** e o código CRC **565AE4A0**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 18/CEPEX/IFRO, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Modalidade: a Distância

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA, APRESENTADO À DIRETORIA DE ENSINO DO *CAMPUS* PORTO VELHO ZONA NORTE PELA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 29/PVZN - CGAB/IFRO, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

PORTARIA Nº 29/PVZN - CGAB/IFRO, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Denise Ton Tiussi

Alecsando Marian da Silva

Marialva de Souza Silva

Esiomar Andrade Silva Filho

Carlos Adriano Siqueira Picanço - representante DEPESP

Artur Virgílio Simpson Martins - representante DEPEX

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 01 – Eixos Tecnológicos

Figura 02 – Cursos do eixo tecnológico Gestão e Negócios

Quadro 1 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio

Quadro 2 - Requisitos de formação por disciplina

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

1.3 CORPO DIRIGENTE

1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

1.4.1 Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte

1.4.2 Histórico da EaD no IFRO

2 APRESENTAÇÃO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.2 TOTAL DE VAGAS

2.3 JUSTIFICATIVA

2.3.1 Pesquisa de demanda

2.4 PÚBLICO-ALVO

2.4.1 Forma de ingresso

2.5 OBJETIVOS

2.5.1 Objetivo geral

2.5.2 Objetivos específicos

2.6 PERFIL DO EGRESSO

2.6.1 Áreas de atuação

3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

3.1.1 Estratégias de ensino previstas no curso

3.1.2 Transversalidade no currículo

3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico

3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular

3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

3.2.1 Matriz curricular

3.2.2 Quadro de equivalências

3.3 AVALIAÇÃO

3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

3.3.2 Avaliação do curso

3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

3.4.1 Estágio supervisionado

3.4.2. Atividades equiparadas e/ou equivalentes ao estágio supervisionado

3.4.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

3.4.4. Escritório modelo

3.4.5 Projeto Integrador

3.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.6 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

3.6.1 A inclusão educacional

3.6.2 O Apoio ao Discente

3.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

3.7.1 Multimeios Didáticos

3.7.2 Recursos de informática

3.7.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem

3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

3.9 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.10 CERTIFICAÇÃO

3.10.1 Certificação de Conclusão de Curso

3.10.2 Certificação Intermediária

4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

4.2 DOCENTES PARA O CURSO

4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

4.4 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

5 GESTÃO ACADÊMICA

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

5.2 COLEGIADO DE CURSO

5.3 CONSELHO DE CLASSE

5.4 ASSESSORAMENTO AO CURSO

5.4.1 Diretoria de Ensino

5.4.1.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE.

5.4.2 Departamento de Extensão

5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP)

5.4.4 Equipe técnico-pedagógica

6 INFRAESTRUTURA

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1 Laboratórios

6.4 BIBLIOTECA

7 TECNOLOGIA DE EAD

7.1 PRODUÇÃO EM EAD

7.2 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

7.3 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

7.4 ESTRUTURA DOS POLOS

8 BASE LEGAL

8.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

9 REFERÊNCIAS

10 APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

1. **IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

1.1. **DADOS DA INSTITUIÇÃO**

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Avenida Tiradentes, nº 3009, bairro Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/RO – CEP: 76.821-001

Telefones: (69) 2182-9600

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

1.2. **DADOS DA UNIDADE DE ENSINO**

Nome: *Campus* Porto Velho Zona Norte

CNPJ: 10.817.343/0007-92

Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002

Telefones: (69) 2182-3801

E-mail: campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br

1.3. **CORPO DIRIGENTE**

Reitor(a): Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitor(a) de Ensino: Edslei Rodrigues de Almeida

Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Júnior

Pró-Reitor(a) de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor(a) de Administração: Jéssica Cristina Pereira Santos

Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional: Gilberto Paulino da Silva

Diretor-Geral: Ariádne Joseane Félix Quintela

Telefone: (69) 2182-3800

Email: ariadne.joseane@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9098510338701121>

Diretor de Ensino: Váldeson Amaro Lima

Telefone: (69) 2182-3800

Email: valdeson.lima@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2186520755838978>

1.4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO faz parte de uma rede centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia – à época, com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena – e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação entre os setores produtivos e a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada. Marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993; no entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- 2007: criação da Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: autorização de funcionamento da unidade de Ji-Paraná por meio da Portaria nº 707, de 09 de junho de 2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) pela Lei nº 11.892/2008, que integrou, em uma única instituição, a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: início das aulas do *Campus* Ji-Paraná; primeiro curso de Especialização *Lato Sensu* do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), turmas em Colorado do Oeste e Ji-Paraná;
- 2010: início das atividades dos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena; ainda no primeiro semestre de 2010 passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no *Campus* Ji-Paraná;
- 2011: início das atividades do *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos; Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste);
- 2012: ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais;
- 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e do processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao *Campus* Ji-Paraná; instalação de 12 Polos EaD;
- 2014: expansão de 13 Polos EaD, totalizando 25 unidades. Acordo de Cooperação Acadêmica com a *Universidad Nacional de Colombia* (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE), com possibilidade de capacitação para servidores e discentes;
- 2015: início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim. Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP) em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios;
- 2016: firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- 2017: realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do *Campus* Avançado Jaru, no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação, José Mendonça Filho; início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências, com habilitação em Química ou Biologia (Guajará-Mirim), Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte);
- 2018: início do curso de Engenharia Agrônoma em Ariquemes;
- 2019: início do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) em Ariquemes e do curso de Medicina Veterinária em Jaru.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *campi* e de sua rede. Para o ano de 2019, a configuração é esta: uma Reitoria; nove *campi* implantados: Guajará-Mirim, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, e o *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé, em processo de implantação.

1.4.1. Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *Campus* oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *Campus* que surgira.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *Campus* Avançado para *campus* regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD no *campi* e polos regionais do IFRO.

Passou a oferecer, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde, além dos cursos do Programa Profuncionário: Cursos Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar. O *campus* já alcança mais de 4.000 alunos.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, abriu os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

1.4.2. Histórico da EaD no IFRO

A Diretoria de Educação a Distância (DEAD) diretamente vinculada ao Gabinete do Reitor é uma Diretoria Sistêmica responsável pelo planejamento, organização e fomento das atividades e políticas do ensino a distância no IFRO. Acompanha a implementação tecnológica, as ações de capacitação de pessoal, a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à modalidade de oferta a distância dos cursos.

A DEAD foi responsável pela gestão e execução de planos e projetos em EaD no IFRO, firmados com parceiros como o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e prefeituras de Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Jaru e Buritit.

A proposta para o desenvolvimento das ações de educação a distância do IFRO está estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia, desenvolvimento de recursos pedagógicos, treinamento de pessoal técnico e docente, realização de convênios com instituições e organismos de fomento e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Ministério da Educação (Setec/MEC). Tem-se por meta principal a institucionalização da EaD e o desenvolvimento de projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão por satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A educação a distância implantada no IFRO ocorre em consonância às políticas de democratização da Educação Profissional e Tecnológica, voltadas para o acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, a infraestrutura começou a ser organizada com a implantação de Programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profuncionário.

Pela Rede e-Tec Brasil, o projeto de EaD do IFRO, em parceria com o IFPR, iniciou-se no segundo semestre de 2011, a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial virtual via satélite, que previa inicialmente a transmissão de cinco Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, a saber: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos: Administração e Serviços Públicos, além dos quatro do Profuncionário — Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO foram desenvolvidas ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio. Os estúdios, praticamente finalizados, e o satélite, ativado para transmissão, com capacidade para atingir inclusive outros países.

Em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte iniciou a oferta de dois cursos em EaD: Técnico em Informática para a Internet e Técnico em Finanças, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta finalidade, atingindo de imediato 1.200 alunos em 12 polos. Além disso, ampliou o alcance de demandas com seus próprios cursos e a inclusão do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, pela parceria com o IFPR.

Estes cursos atenderam 12 municípios, em 6 *Campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e 6 polos externos (Buritit, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé).

O *Campus* Porto Velho Zona Norte, em 2014, ampliou sua oferta com a abertura de 12 novos polos nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici e Distrito de Extrema (Porto Velho).

Em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 65 do CONSUP/IFRO, o IFRO reativou a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), ligada diretamente à Reitoria, com a finalidade de planejar, organizar e ampliar as políticas de educação a distância no âmbito do Instituto. A ação gera a possibilidade de institucionalizar a produção de EaD nos *Campi* do IFRO, visando ao fortalecimento e à excelência da oferta de ensino nesta modalidade.

Em 2016 o IFRO iniciou parceria com o Governo do Estado de Rondônia no projeto “Mediação Tecnológica”, ofertando o curso Técnico em Cooperativismo concomitante ao ensino médio para milhares de alunos da SEDUC (Secretaria de Educação) residentes em locais de difícil acesso, através de aulas transmitidas ao vivo via satélite. O projeto está na sua terceira turma (2018).

Atualmente o Instituto possui 10 polos nos *Campi* do IFRO, 40 polos em parceria com prefeituras, 120 polos em parceria com o Governo do Estado de Rondônia e 6 polos em parceria com a CAPES (UAB).

Vale destacar que o IFRO, mais precisamente o *Campus* Porto Velho Zona Norte, já possui outro cursos na modalidade EAD, e atualmente oferece alguns cursos de pós-graduação que utilizam essa modalidade, como por exemplo, o Curso de Pós-Graduação MBA em Gestão de Instituições Públicas (100% EaD); o Curso de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas, o curso de Pós-Graduação em Gestão de Educação a Distância, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público, esses três últimos na modalidade semipresencial, sendo sua maior parte em EaD e um encontro presencial mensal.

Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hipermídias e metodologias de atendimento em EaD.

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido para atender às necessidades regionais relativas à educação profissional de nível médio e superior e contribuir para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) considera os desafios na formação técnica e profissional diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional.

Ressalta-se também, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia não se constitui apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, mas também como um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos. Sendo assim, o Curso Técnico em Administração pretende formar profissionais com competências e habilidades que os tornem capazes de executar atividades relativas à função em sua plenitude.

Neste projeto pedagógico de curso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta uma visão sintética da carreira, compreendendo os seguintes aspectos: perfil, missão, contextos histórico e geográfico, objetivos, concepções e organização curricular. Dessa forma, a proposta, na sua macro e microestrutura, deverá servir como instrumento norteador no processo de formação de técnicos, construindo o perfil desejado do futuro egresso, focando nas necessidades da região e nas aspirações da população local.

O IFRO entende que todos os cursos oferecidos nos diversos *campi* devem ser pautados na estrutura pedagógica norteada por um PPC que reflita os aspectos macros do estado de Rondônia sem, no entanto, desprezar as especificidades de cada microrregião. Sendo assim, o curso Técnico Em Administração do IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte será executado considerando a flexibilidade necessária na sua organização para atender a diversidade e heterogeneidade do conhecimento do discente quanto aos seus interesses e expectativas em relação ao seu futuro como profissional e cidadão.

A concepção do curso é apresentada com a finalidade de criar um mecanismo de preparação do cidadão, não somente qualificado para o trabalho, mas acima de tudo, apto a refletir e produzir novos conhecimentos e métodos. Por último, o presente documento deverá servir como mecanismo de gerência administrativa e pedagógica do curso, devendo, sobremaneira, atuar na formação do aprender a ser, do aprender a fazer, do aprender a conhecer e do aprender a viver juntos.

2.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio

Modalidade: EaD

Área de conhecimento/eixo tecnológico: Gestão e Negócios

Carga Horária: 1.100 horas

Turno de Funcionamento: Noturno

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte

Regime de Matrícula: Semestral

Prazo para integralização do Curso: no mínimo, três (03) semestres e, no máximo, seis (06) semestres.

Habilitação: Técnico em Administração

2.2. TOTAL DE VAGAS

No primeiro ano de implantação:

TURNO DE FUNCIONAMENTO	VAGAS NO PRIMEIRO ANO
Noturno	3.120
TOTAL	3.120

2.3. JUSTIFICATIVA

A atual situação socioeconômica mundial vem sofrendo constantes mudanças que acentuam e modificam as relações sociais às quais as organizações estão submetidas. Chiavenato (2004, p. 7) conceitua organização como “uma entidade social composta de pessoas que trabalham juntas e deliberadamente estruturada e organizada para atingir um objetivo comum”, onde a tarefa e a responsabilidade do bom desempenho são divididas entre todos os membros. “A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização seja ela lucrativa ou não lucrativa. A administração trata do planejamento da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão do trabalho que ocorrem dentro de uma organização” (CHIAVENATO, 2009, p. 2).

O Instituto Federal de Rondônia, com a finalidade de orientar sua oferta de formação para consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, busca contribuir com o desenvolvimento do estado oferecendo o Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio na modalidade EaD, com foco na melhoria e na qualificação dos profissionais atuantes nas organizações.

A atual situação socioeconômica mundial vem sofrendo constantes mudanças que acentuam e modificam as relações sociais às quais as organizações estão submetidas. Podemos conceituar organização como um sistema de atividades conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas capazes de se comunicar e que estão dispostas a participar e a contribuir com ações conjuntas, a fim de alcançar um objetivo comum (CHIAVENATO, 2009, p. 8). Assim, as organizações necessitam de profissionais com competências e habilidades técnicas e humanas, como liderança, trabalho em equipe e a capacidade de influenciar pessoas a executar suas tarefas a favor dos objetivos das organizações. Neste contexto, a administração é um instrumento indispensável nas organizações públicas ou privadas.

A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização seja ela lucrativa ou não lucrativa. A administração trata do planejamento da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão do trabalho que ocorrem dentro de uma organização (CHIAVENATO, 2009, p. 2).

Segundo dados do Data SEBRAE, em 2020, o Estado de Rondônia conta com 119.869 (cento e dezenove mil e oitocentos e sessenta e nove) empresas ativas. Deste total, 38.315 empresas estão sediadas no município de Porto Velho – produzindo para os mercados interno e externo. Os principais setores da Capital Porto Velho são: Comércio, Serviços, Indústria, Construção Civil e Agropecuária.

Diante desses dados, é possível perceber que o Estado e a capital, Porto Velho, possuem demanda e amplo potencial para a atuação do profissional Técnico em Administração, preparado para executar atividades administrativas relacionadas aos processos de gestão de pessoas, operações logísticas, gestão de materiais e patrimônio, marketing, vendas e finanças.

2.3.1. Pesquisa de demanda

Um dos objetivos da educação atual é formar indivíduos com valores morais e éticos empreendidos nos esforços diários em diferentes meios e contextos sociais. Nesse sentido, quando se discorre sobre a educação profissional, são atrelados valores de competências e habilidades técnicas para a atuação no mercado de trabalho.

A educação profissional permite a ampliação das possibilidades, criando condições de desenvolvimento econômico individual e social. Em 2011 o Governo brasileiro cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), através da Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

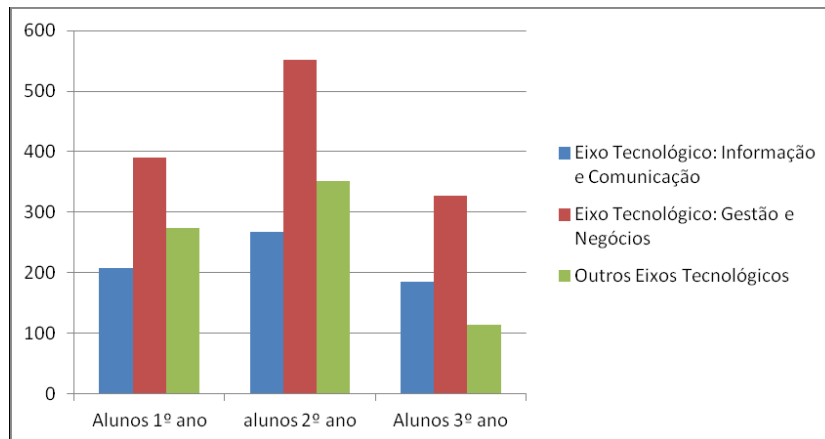
O resultado apresentado pela Pesquisa de Atividade Econômica e Regional, realizada pelo IFRO, em 2012, para subsidiar a proposta de oferta de cursos técnicos, identificou, com destaque, o interesse pela formação em Administração (91%), Vendas (88%), Finanças (86%), Comunicação (84%), Informática (83%) e Gestão (81%).

Em 2019, foi realizada uma pesquisa de demandas para a educação profissional nas escolas estaduais da região do Vale do Guaporé, cuja finalidade era nortear a definição de novos cursos técnicos subsequentes e concomitantes que o Campus Porto Velho Zona Norte poderia oferecer, conforme a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

Em 2015, foi realizada uma pesquisa de demandas para a educação profissional nas escolas estaduais na capital de Rondônia, cuja finalidade era nortear a definição de novos cursos técnicos subsequentes e concomitantes que o Campus Porto Velho Zona Norte poderia oferecer, conforme a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. A referida lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do país, e define, em seu artigo 1º, inciso V, como um de seus princípios, a “promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas”.

A pesquisa buscou identificar os ramos de atividades pelos quais os estudantes de Porto Velho mais se interessavam, por meio da aplicação de um questionário de análise da necessidade de capacitação profissional. Os questionários foram distribuídos a 2.700 alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio de oito escolas públicas. A pesquisa demonstrou quais eixos tecnológicos comportam os cursos de maior interesse da comunidade escolar pesquisada.

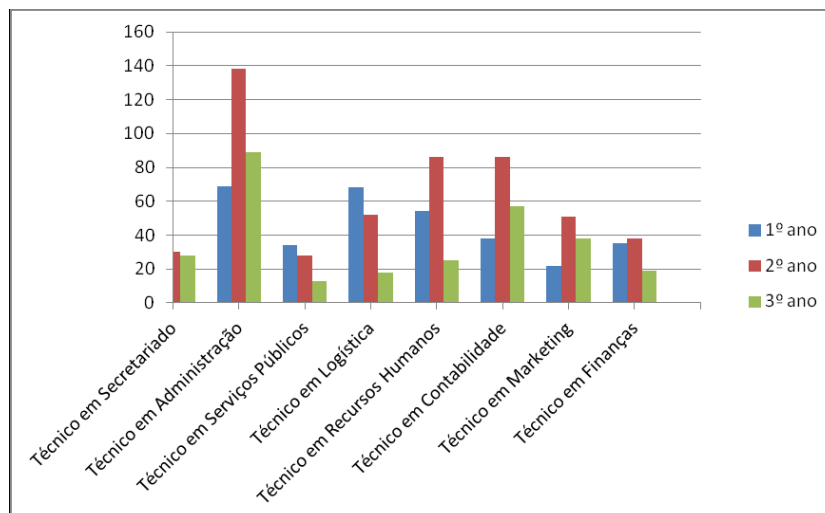
Figura 01 - Eixos Tecnológicos



Fonte: IFRO (2016).

Percebe-se, com base no quadro da Figura 01, que os cursos do eixo tecnológico Gestão e Negócios representam um percentual significativo a ser considerado como instrumento de base para a estruturação de cursos técnicos e tecnológicos que melhor se ajustem ao perfil de interesse dos estudantes da região, favorecendo, com isso, o alinhamento das matrizes curriculares às demandas tecnológicas atuais, além das demandas sociais e culturais das regiões em que os cursos serão ofertados.

Figura 02 – Cursos do eixo tecnológico Gestão e Negócios



Fonte: IFRO (2016).

Esses indicadores revelam que a qualificação por meio do Curso Técnico em Administração pode ser considerada uma ação primordial para a melhoria da qualidade da gestão de pessoas das empresas e o aumento da eficiência das organizações do Estado de Rondônia.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte está estruturado para oferecer educação a distância e poderá atender à demanda dos municípios do Estado de Rondônia e dos estados parceiros. Deste modo, o IFRO cumpre seu papel de contribuir para a evolução social e econômica do Estado e do país.

Ressalta-se, por fim, que tais estudos apontam para a viabilidade da oferta do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio pelo IFRO.

2.4. PÚBLICO-ALVO

O Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, na modalidade EaD, destina-se aos alunos que concluíram o Ensino Médio tanto da rede pública ou privada de ensino, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que tenham sido selecionados em processo seletivo público.

2.4.1. Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso

O ingresso no curso dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, ou mediante demanda exclusiva ou apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino também pública e que ofereça educação profissional, científica ou tecnológica compatível com o curso em que se pleiteia o ingresso, conforme estabelecido nas regulamentações do IFRO (Comissão Permanente de Exames - COPEX).

O quantitativo de vagas a serem ofertadas para cada ano ou semestre será indicado ao Reitor pela Direção-Geral do *Campus* onde as vagas estarão dispostas, após deliberação pelo Conselho Escolar e em observância ao Plano de Desenvolvimento Institucional e aos prazos estabelecidos. Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus*, sob organização da Direção-Geral.

O ingresso por meio de apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino deverá seguir os trâmites previstos no Regulamento de Organização Acadêmica para os Cursos Técnicos do IFRO, sendo que o ingresso somente será realizado se houver compatibilidade entre o projeto pedagógico do curso na instituição de origem e o do curso no *campus*, conforme os seguintes indicadores, combinados e somados: pertencimento dos cursos a um mesmo eixo tecnológico; similaridade de pelo menos 75% das abordagens curriculares entre as duas matrizes curriculares comparadas, a de origem e a de destino; e possibilidade de o *campus* de ingresso oferecer condições de implementação e complementação de estudos, quando necessário. Ressalta-se, ainda, que o que garante a compatibilidade e similaridade não é a nomenclatura dos componentes, mas o conteúdo abordado nas disciplinas, a carga horária de tais componentes e as práticas complementares envolvidas.

2.5. OBJETIVOS

2.5.1. Objetivo Geral

Qualificar e profissionalizar pessoas para atuar como administradores, empreendedores, com conhecimentos técnicos, eticamente e ambientalmente responsáveis, comprometidos com o bem-estar da coletividade e que saibam associar a teoria à prática, visando à sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho, fazendo uso das habilidades e atitudes compatíveis com a área de Gestão e Negócios.

2.5.2. Objetivos Específicos

- Formar profissionais com capacidade técnica e cidadã, aptos a conhecer e compreender os princípios da administração, com uma visão empreendedora e consciente de suas responsabilidades no desenvolvimento de sua região;
- Capacitar e desenvolver competências profissionais que lhes permitam formular, discutir, analisar, selecionar e implementar estratégias de gestão de trabalho;
- Possibilitar a inserção de profissionais adequadamente capacitados no mercado, assegurando a prestação de serviços de qualidade;
- Identificar oportunidades para fazer da teoria uma prática viável, visando às soluções que possam melhorar e aumentar a produtividade e a competitividade das organizações inseridas na área de negócios nacionais e internacionais.

2.6. PERFIL DE EGRESSO

O IFRO priorizará a formação de profissionais que:

- Constituam-se como sujeitos plenos, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional;
- Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- Saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com diversas culturas;
- Sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

A partir disso, ao concluir o curso, o egresso do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio deverá apresentar as seguintes competências gerais da área profissional:

- Atitude proativa, visando suprir as necessidades logísticas dos departamentos;
- Habilidade para trabalhar em equipe, proporcionando um ambiente profissional saudável e harmonioso.

2.6.1. Áreas de Atuação

Conforme previsão no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2016), o egresso tem condições que lhe permitam:

- Executar programas de recrutamento, seleção e treinamento de pessoas;
- Elaborar demonstrações contábeis;
- Auxiliar na implementação das diferentes estratégias para viabilização do negócio;
- Auxiliar na observação e no cumprimento dos aspectos legais e normativos da gestão e da administração;
- Supervisionar os processos produtivos e avaliar o rendimento das atividades;
- Utilizar sistemas de informações gerenciais para aprimorar o sistema logístico;
- Adotar as normas para abertura e registro de empresa;
- Executar atividades administrativas nas organizações;
- Elaborar gráficos e estatísticas que mostre o equilíbrio entre a oferta e a procura;
- Utilizar os modelos de planejamento nas atividades administrativas;
- Organizar informações financeiras para o apoio ao planejamento;
- Ainda de acordo com o mesmo catálogo, o Técnico em Administração poderá atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O Projeto Pedagógico do Curso em Administração Subsequente ao Ensino Médio está pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, previstas na Resolução nº 03/2018, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.

As metodologias adotadas ao longo do curso visam proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais. Ademais, visa-se formar um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes ou pequenos centros urbanos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

Os paradigmas norteadores e as concepções teóricas da aprendizagem consideram os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais e as relações estabelecidas entre sujeito/sujeito e sujeito/objeto como dimensões indissociáveis no processo de desenvolvimento dos alunos, pautados no sócio-interacionismo. É na interação com o outro que ele constrói a objetividade do conhecimento e, também, a subjetividade, constituindo-se, assim, como sujeito histórico que influencia e é influenciado pela cultura (FREIRE, 1987).

Os princípios norteadores do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio geram o compromisso de estruturação orgânica entre o trabalho como princípio educativo, como elemento articulador da teoria e prática relacionando-os ao contexto no mundo do trabalho oportunizando o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural e a ciência como construção e reconstrução dos conhecimentos acumulados socialmente pela humanidade a partir da sua relação com a natureza.

3.1.1. Estratégias de ensino prevista no curso

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações. Dessa forma, a interação professor/aluno deve ser compreendida como um aspecto fundamental da organização escolar.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, dentro das opções dadas pelo ambiente virtual, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros: aulas expositivas/dialogadas; leitura e discussão de textos; pesquisas; estudos e trabalho em grupo; exercícios de interpretação de textos; dinâmicas de grupo; seminários temáticos; debates/discussões; elaboração de projetos de pesquisa; pesquisas teóricas/bibliográficas; análises da legislação; visitas técnicas em instituições conveniadas e outras; estudos de caso; exposição de trabalho; leituras de artigos atuais de revistas, jornais e outros meios de comunicação para análise e condensação; exposição de filme/documentário; elaborações de fichamento; resumos de textos pré-selecionados; simulações; oficinas de aulas práticas (laboratório/workshop); portfólios; estudos dirigidos; mapas conceituais; tempestades de ideias; simpósios. Portanto, a operacionalização do curso ocorrerá por meio de:

Momentos Presenciais: a mediação acontece no formato de teleaulas, com a exposição e discussão dos conteúdos, tendo como suporte o material didático. A mediação da aprendizagem será acompanhada pelo professor mediador presencial. Destacamos que as avaliações ocorrerão presencialmente.

Estudos a Distância: Os estudos a distância estão apoiados em atividades complementares - as atividades de percurso. Atividades de Percurso (AP) são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e que visam à complementação dos estudos.

Atividades Interdisciplinares: As atividades de interdisciplinares serão desenvolvidas de modo a propiciar um diálogo entre os conhecimentos, relacionando-os entre si para a compreensão da realidade e resolução de problemas. As atividades interdisciplinares poderão estar assim configuradas, de acordo com a deliberação dos professores do curso.

Este projeto prevê, além dos componentes formadores da matriz curricular, temas exigidos pela Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que “Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio”, em especial no artigo 11, inciso VI, a serem aplicados como conteúdos transversais, ao longo do ano, por meio de ações integradoras e interdisciplinares. Os eixos a seguir contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento.

- Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999): a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania;
- Estatuto dos Idosos (Lei nº 10.741/2003): processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos;
- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direitos, entidades de apoio, bem-estar; infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e adolescente;
- Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997): melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro;
- Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009): alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional; saúde: educação preventiva para a saúde;
- Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009): respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto à religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades educacionais específicas;
- Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme estabelece a (Lei nº 10.639/2003) e (Resolução nº 1/2004) e a (Lei nº 12.343/2010): respeito à diversidade, étnica, cultural considerando pluralidade dos diferentes sujeitos, quanto às manifestações culturais das comunidades tradicionais.

Como nem todos estes conteúdos aparecem nas ementas das disciplinas, é preciso desenvolvê-los por meio de projetos de extensão, programas e ações específicas. A Semana de Educação para a Vida e a Semana do Meio Ambiente são alternativas para o globamento destes temas.

3.1.2. Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos discentes e está pautada no diálogo. Elas deverão ocorrer desde o início, e não poderão se restringir a um simples diagnóstico sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação à turma e de uma turma em relação ao curso. Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores e o coordenador do curso deverão ser capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado, quando esses apresentarem dificuldades que mereçam atenção individualizada. O acompanhamento pedagógico se dará por meio de ações como:

1. Acompanhar e avaliar continuamente os processos de ensino e de aprendizagem no âmbito do curso, com levantamento de indicadores, com a finalidade de realizar as ações de intervenção pedagógica para cada caso diagnosticado;

2. Fazer as instruções necessárias aos alunos, professores, equipe de apoio pedagógico e responsável por alunos;
3. Solicitar, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por disciplina, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
4. Promover as reuniões de Conselho de Classe e demais representantes do ensino, bem como fazer os planejamentos necessários, fazer levantamentos, manter estatísticas atualizadas e ter sob controle dados acadêmicos e curriculares, visando subsidiar estudos e interpretações, com finalidades pedagógicas, profissionais e econômico-administrativas;
5. Promover reuniões periódicas com docentes, pessoal de apoio, alunos e pais de alunos, para a discussão das rotinas e resultados acadêmicos, e, se necessário, promover momentos de orientação no planejamento do professor, para atender as necessidades dos alunos em sala de aula;
6. Convocar e viabilizar a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, para tratar das problemáticas de ensino e aprendizagem;
7. Avaliar formativamente os processos de ensino e aprendizagem, bem como divulgar e discutir os resultados da avaliação;
8. Acompanhar continuamente os processos educacionais e promover as interferências necessárias para a garantia da qualidade na formação;
9. Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos e a prática de sala de aula e, se necessário, fornecer subsídios que permitam aos professores a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e promover reuniões para refletir e analisar os resultados da aprendizagem.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno em relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo, ensinando-lhe técnicas e métodos diversos para aprender. O coordenador do curso é a segunda instância e, se não resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos núcleos especializados, a exemplo do NAPNE, que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de dar o acompanhamento pedagógico ao discente.

3.1.3. Estratégias de flexibilização curricular

A matriz curricular do curso foi construída de forma a priorizar a integração entre ciência, tecnologia e formação profissional. Assim sendo, os conteúdos poderão articular-se e serem desenvolvidos por meio de disciplinas e projetos integradores.

A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, haja vista que ela pode se dar de várias maneiras. Em observação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - Resolução nº 29/2018/CONSUP/IFRO), no âmbito deste curso, a flexibilização poderá acontecer das seguintes formas:

- Realização de atividades diversificadas, como visitas técnicas, eventos científico- culturais e sociais, que complementem a formação humana e profissional dos estudantes;
- Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares, que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso.

3.1.4. Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais

A carga horária em EaD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Almeida (2012) afirma que ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, envio de tarefa, glossário, *quiz*, atividade *off-line*, vídeo, etc. Será também um ambiente de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias que esta plataforma possui.

Cada plano de ensino de disciplina deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e os elementos específicos de EaD, os quais trarão metodologias específicas. As atividades de EaD podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas. Os registros das atividades em EaD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no ROA e aos requisitos de qualidade da formação em EaD.

3.1.4.1. Atividades de Acompanhamento a Distância

A modalidade a distância objetiva criar o hábito de utilização de tecnologias de comunicação remota no ensino técnico presencial, bem como expandir os espaços educacionais, integrando e flexibilizando momentos presenciais e a distância, a fim de introduzir uma cultura de educação *on-line*. Moran (2009) define a modalidade de Educação a Distância como uma modalidade na qual professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e no tempo, onde a aprendizagem acontece por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, podendo ou não contar com aulas presenciais.

Os profissionais responsáveis pelo acompanhamento direto dos alunos em cada Polo são os professores mediadores. A mediação tem o objetivo de construir habilidades no sujeito, a fim de promover sua plena autonomia. Entende-se como uma posição humanizadora, positiva, construtiva e potencializadora no complexo mundo da relação educativa (ARAÚJO, 2016). O professor mediador tem a atribuição de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionando material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos, além de coordenar e ministrar as atividades presenciais, acompanhar as atividades do AVA, elaborar, aplicar e corrigir as atividades avaliativas de ensino-aprendizagem, dar assistência aos alunos nas atividades, estabelecer um diálogo interativo por meio dos fóruns, chats, grupos de redes sociais e demais ferramentas tecnológicas disponíveis no IFRO. O papel do professor mediador tem como princípios norteadores a linguagem dialógica, clareza e humanização.

3.2. ESTRUTURA CURRICULAR

Nos termos do artigo 13 da Resolução nº 6/2012/CNE/CEB, para a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, deve-se considerar: a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos; o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social.

A matriz curricular do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio está estruturada de acordo com o que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O curso está organizado em itinerários formativos definidos como semestres letivos e envolve disciplinas distribuídas em dois núcleos: o núcleo profissionalizante e o complementar.

- a) **Núcleo profissionalizante:** composto por disciplinas específicas do currículo do Curso Técnico em Administração, conforme o que a legislação determina. As disciplinas deste núcleo agregam à formação interdisciplinar dos alunos os saberes e conhecimentos necessários à formação técnica, humana e social. As disciplinas consolidam uma formação do aluno com vistas ao preparo para o mundo do trabalho e a vida em sociedade;
- b) **Núcleo complementar:** integra a prática profissional da formação pretendida e mostra a amplitude do trabalho do Técnico em Administração na área de conhecimento Gestão e Negócios.

3.2.1. Matriz Curricular

A matriz curricular está pautada na análise dos conceitos, termos e matrizes do curso ofertado dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica visando à equalização e à unificação do sistema acadêmico, mas garantindo a atualização curricular conforme organização abaixo descrita.

Quadro 1 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Administração subsequente ao Ensino Médio.

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD							
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE							
Matriz aprovada pela Resolução nº 18/CEPEX/IFRO/2020							
Organização conforme a LDB 9.394/96, Art. 36, e a Resolução CNE/CEB 6/2012							
Módulos/Etapas	Disciplinas	Semanas Letivas	Número de Aulas Presencial	EaD	(H/aula)	(H/relógio)	
1º MÓDULO	E1	Redação Oficial e Comercial	4	08	32	40	33,33
		Introdução à Informática		08	32	40	33,33
	E2	Fundamentos de Administração	6	12	48	60	50
		Legislação Empresarial e Consumerista		12	48	60	50
	E3	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	08	32	40	33,33
		Fundamentos de Economia		08	32	40	33,33
		Noções de Contabilidade	6	12	48	60	50

	E4	Matemática Financeira Aplicada		12	48	60	50
Subtotal 1			20	80	320	400	333,33
2º MODULO	E1	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	4	08	32	40	33,33
		Ética Profissional		08	32	40	33,33
	E2	Economia Regional	6	12	48	60	50
		Fundamentos do Direito Tributário e Trabalhista		12	48	60	50
	E3	Gestão de Pessoas	6	12	48	60	50
		Organização Empresarial		12	48	60	50
	E4	Administração da Produção e Operações	4	08	32	40	33,33
		Fundamentos de Logística		08	32	40	33,33
Subtotal 2			20	80	320	400	333,33
3º MODULO	E1	Gestão da Qualidade	4	08	32	40	33,33
		Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança		08	32	40	33,33
	E2	Planejamento Empresarial	4	08	32	40	33,33
		Projetos Empresariais		08	32	40	33,33
	E3	Planejamento Financeiro	6	12	48	60	50
		Administração Mercadológica		12	48	60	50
	E4	Empreendedorismo e Inovação	6	12	48	60	50
		Projeto Integrador		12	48	60	50
Subtotal 3			20	80	320	400	333,33
Total			60	240	960	1200	1000
Núcleo complementar	Prática Profissional					120	100
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						1320	1100

Fonte: IFRO, 2020.

3.3. AVALIAÇÃO

3.3.1. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do desempenho do discente, elemento fundamental para o acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os “[...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, conforme previsão na LDB 9.394/96, art. 24, V, a.

Para a avaliação do desempenho, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor. O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e continuidade.

A estrutura proposta observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno, contempla avaliações presenciais e atividades de percurso, com a utilização do AVA. As atividades de percurso são avaliações (fórum, tarefa, questionário e outras estratégias) indicadas pelos professores, postadas no ambiente virtual e desenvolvidas durante a disciplina, com vistas ao enriquecimento e à integralização dos estudos.

Os percentuais da avaliação e das atividades de percurso estão assim distribuídos na composição da nota final em cada disciplina: as atividades de percurso, na plataforma virtual AVA, correspondem a 40% da nota final; já as avaliações presenciais correspondem a 60%.

O processo avaliativo ainda prevê estratégias complementares de favorecimento à progressão, como a avaliação em segunda chamada, a recuperação e o exame final. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, ao cálculo de notas e a outros assuntos específicos de avaliação. A avaliação do desempenho do discente será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

1. Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
2. Autoavaliação;
3. Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações, dentre outras estratégias pedagógicas);
4. Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
5. Aplicação de atividades específicas de diagnóstico (exames, debates, testes, experimentos, provas, questionários, fóruns).

Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação. Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% nas aulas e demais atividades programadas. Nesse sentido, a avaliação tem de ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja:

- Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem;
- Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;
- Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca do aprendizado;
- Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre por meio de menções ou notas.

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção, recuperação, exame final, avaliação de segunda chamada estão contidos na Resolução nº 88/2016 CONSUP/IFRO, arts. 94 a 117. A revisão de segunda chamada está contida no art. 119 desta mesma resolução. Não havendo a possibilidade de reoferta do curso pelo *campus*, serão adotadas estratégias especiais em favor da promoção e da recuperação de alunos, a saber:

1. Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;
2. Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao exame final, após discussão em Conselho de Classe e de acordo com suas recomendações;
3. Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações do Departamento de Apoio ao Ensino e da Coordenação de Assistência ao Educando;
4. Se houver recursos e professores, poderão ser disponibilizadas disciplinas em oferta especial.

3.3.2. Avaliação do curso

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO, preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade, aplica constantemente instrumentos avaliativos, a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais. O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos, como forma de construção de uma identidade coletiva.

Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte. A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, para que sejam propostas as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de avaliação do curso junto aos professores, com o apoio do Colegiado de Curso. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos e a análise dos mesmos pela CPA, pela Coordenação do Curso e apreciados pelo Colegiado do Curso.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

3.4. PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática profissional no Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio tem caráter obrigatório e consiste em um dos meios para a efetivação do curso, por se tratar de uma área que requer intensiva vivência do formando nos locais próprios de sua atuação. É um procedimento didático-pedagógico que contextualiza os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, e viabiliza ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico- científico profissional, atrelado ao aperfeiçoamento contínuo da dimensão humana dos discentes.

A prática Profissional deve ser iniciada após a conclusão do 2º módulo, da matriz curricular, e concluída até o prazo final de integralização do curso. O tempo de realização da prática será acrescido à carga horária de formação do aluno, nos documentos de conclusão do curso. Este projeto prevê a possibilidade de realizar as seguintes práticas profissionais: estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), capacitação profissional em escritório modelo, aluno empresário ou trabalhador, projeto integrador ou atuação em programas de aprendizagem como o Jovem Aprendiz.

3.4.1. Estágio supervisionado: as atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso. O estágio supervisionado atende à Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, que prevê assinatura de termo de compromisso tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e profissional supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso – neste caso, cumprindo os princípios da Orientação Normativa nº 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou a que estiver em vigor no momento. As formas de realização do estágio devem ser definidas conforme Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio. As formas de realização do acompanhamento pedagógico estão disciplinadas no ROA do IFRO.

3.4.2. Atividades equiparadas e/ou equivalentes ao estágio supervisionado: Conforme documentos institucionais do IFRO, poderão ser realizadas diversas formas de práticas profissionais que poderão equiparadas ao estágio obrigatório, tais como: atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica. Serão aceitas como Aproveitamento de Atividades Profissionais e de Equiparação as previstas no Regulamento de Estágio do IFRO, desde que relacionadas diretamente com as disciplinas do núcleo específico do curso e a carga horária equivalente ao estágio obrigatório do curso, a saber:

a) Programas de aprendizagem (como o Jovem Aprendiz): os estudantes podem realizar a prática profissional por meio da atuação em programas de aprendizagem, tais como o Jovem Aprendiz. É necessário apresentar o contrato de aprendizagem, cópia autenticada das partes da Carteira de Trabalho e Previdência Social em que constem a identificação pessoal e o vínculo empregatício e, ainda, documento descrevendo as atividades desenvolvidas, devidamente assinado e carimbado por sua chefia imediata. Deverão ser realizadas todas as etapas, conforme normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

b) Empresário ou trabalhador: os estudantes empresários ou trabalhadores vinculados ao mundo do trabalho, cujas atividades relacionam-se com algumas das áreas temáticas do curso, poderão, mediante apresentação de, respectivamente, contrato social da empresa ou contrato formal de trabalho, requerer aproveitamento das atividades desenvolvidas no trabalho para contemplar a carga horária de Prática Profissional Supervisionada equivalente. Para isso, deverão ser realizadas todas as etapas, conforme as normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

3.4.3. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas ou os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o curso; consiste numa alternativa prática a ser desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor do curso. O aluno apresentará um projeto de pesquisa voltado à resolução de um problema de pesquisa aplicada na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, o aluno deverá desenvolver o TCC, versando sobre uma das possíveis resoluções do problema selecionado para a pesquisa, pautado por um adequado embasamento teórico, sob a supervisão e orientação de seu professor orientador. A apresentação do TCC, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

3.4.4. Escritório modelo: Corresponde a espaços profissionais, com adequações estruturais em termos de equipamentos e recursos humanos, voltados para viabilizar a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, mediante a disponibilização de horários específicos para prestação serviços técnicos à comunidade interessada. O aluno apresentará um projeto de atividades práticas, característico da área de Administração ou áreas afins, a serem desenvolvidas no escritório modelo, podendo ser aplicadas ou aplicáveis, sob a supervisão e orientação de um professor da área. As atividades programadas contemplarão, no mínimo, 100 horas de duração.

3.4.5. Projeto Integrador: São projetos extraclasse em grupo elaborados e acompanhados pelos professores do colegiado e o professor coordenador do projeto, buscando a interdisciplinaridade e contextualização de saberes, objetivando fortalecer a relação entre teoria e prática, possibilitando ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente. Deve resultar em produto(s) da área de administração acompanhado de relatório final ou produção acadêmica

3.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aos alunos do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio será proporcionada a oportunidade de participar das diversas atividades extracurriculares do curso, não obrigatórias, tais como:

1. Eventos científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e divulgação do conhecimento;
2. Programas de iniciação científica, que reforcem os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
3. Atividades de extensão que envolvam, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
4. Monitorias que realcem os méritos acadêmicos, dinamizem os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizem com agilidade o desenvolvimento de projetos;
5. Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, meio ambiente, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
6. Visitas técnicas, também em sua função de complementaridade da formação do educando, que busquem na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, nas quais se verifiquem relações de produção em tempo real e num espaço em transformação. Os cursos técnicos exigem essa observação direta do papel dos trabalhadores no mercado de trabalho.

3.6. INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

3.6.1. A inclusão educacional

A inclusão educacional consiste na ideia de não fazer distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais. Assim sendo, é importante evidenciar a abrangência da inclusão educacional atualmente quando se olha pela perspectiva da diversidade. A educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade. No caso do primeiro grupo citado, a instituição, dentro de sua estrutura organizacional, tem o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Educacional Específica – NAPNE, que tem sua atuação baseada na Resolução nº 48/REIT-CONSUP/IFRO, de 18 de setembro de 2017, que dispõe sobre seu regulamento. Na perspectiva de efetivar políticas públicas de inclusão na área educacional, o IFRO se baseia nos seguintes temas de cunho ambiental, social e humanístico:

- a) Relações étnico-raciais, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com fulcro na Lei nº 9.394/96, com redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.645/2008, e Resolução nº 1/2004/CNE/CP, fundamentada no Parecer nº 3/2004/CNE/CP;
- b) educação em direitos humanos, com fundamento nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer nº 8/CNE/CP, de 6 de março de 2012, que originou a Resolução nº 1/CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Amparar-se também no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, disponibilizado pelo Ministério da Educação, em 24 de fevereiro de 2018;
- c) Possibilidade de discussão de temas transversais, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam com especificidade desta questão, com ênfase para aqueles que tratam de minorias, diversidade, sexualidade, gênero, entre outros;
- d) Formas de acesso às instituições federais, asseguradas pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

A inclusão educacional ofertada pelo IFRO atende tanto o aspecto da diversidade como da educação especial (pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades). A Resolução n. 02/CNE, de 11 de setembro de 2001, define:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:
I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II- dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III- altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Educação Inclusiva das pessoas com necessidades educacionais específicas implica necessariamente em tratar também da Educação Profissional. Um aspecto relevante que nominamos como instrumento fundamental para o exercício desse direito, a educação, e do direito ao trabalho, ou perpassando pela educação profissional, trata-se da acessibilidade. Procurando adequar-se à modernidade inclusiva e ao mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o IFRO vem desenvolvendo políticas inclusivas para atender às camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais, com o intuito de nivelá-las aos demais membros da sociedade.

O tratamento profissional ofertado à pessoa com necessidade educacional específica deve estar de acordo com sua vocação. Este fundamento está refletido também na LBI, no art. 28, XVIII, que trata do acesso à Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica em igualdade de oportunidades.

O IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença, oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos, para que façam parte do Sistema Nacional de Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Superior, promovendo assim o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, IV), pautando-se, sempre, pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos.

3.6.2. Apoio ao discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O aluno conta com o atendimento da Coordenação de Apoio ao Educando (CAED), da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), no que compete a estes setores, e também com o apoio do Coordenador do Curso, que está à sua disposição em horários pré-fixados em murais e disponíveis no site da IES. Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. Neste sentido, o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante às suas dificuldades especiais de adaptação e de aprendizagem.

Para os alunos que precisem ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões, há ainda a Ouvidoria, que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

Os programas de assistência estudantil podem ser de atendimento universal, que engloba todos os estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio, graduação, nas modalidades presencial e presencial-virtual, ou de atendimento a estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Esses programas são desenvolvidos por meio das seguintes ações: atenção à saúde e apoio biopsicossocial, acompanhamento e suporte ao ensino, desenvolvimento técnico-científico, pró-cidadania, monitoria, apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas, educação para diversidade e incentivo a atividades esportivas e lazer.

Os alunos com alguma necessidade que dificulte a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). As principais atividades do NAPNE incluem: possibilitar a oferta de materiais didático-pedagógicos visando promover a acessibilidade metodológica às pessoas com necessidades específicas; desenvolver ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; criar e aplicar estratégias para a garantia da educação inclusiva; e articular-se com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

3.7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

3.7.1. MULTIMEIOS DIDÁTICOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação em cada unidade de ensino. Disponibiliza de laboratórios de informática equipados com computadores conectados à internet. Além disso, incorpora, constantemente, os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Em todas as dependências comuns do FRO é disponibilizado serviço de wireless aos estudantes. O IFRO incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas, como o Portal de Periódicos CAPES, para acessos às revistas eletrônicas.

3.7.2. Recursos de informática

O laboratório de informática disponibilizará aos discentes do curso computadores com *softwares* atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

São requisitos mínimos do laboratório de informática do *Campus*: computadores conectados à internet; *nobreaks* adequados para o bom funcionamento dos equipamentos; *softwares*: pacote de escritório, linguagens de programação, sistemas de gerenciamento de banco de dados, etc, preferencialmente livres.

3.7.3. Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um meio onde são viabilizadas atividades de ensino-aprendizagem, com acesso aos materiais didático-pedagógicos, as ferramentas assíncronas e síncronas, às mídias educacionais, além das ferramentas de comunicação, que propiciam as inter-relações sociais. Almeida (2012, p. 331) afirma que:

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o objetivo desse ambiente é oferecer recursos para consultar materiais didáticos e textos complementares, realizar atividades didáticas e outras ações relacionadas ao curso, trata-se de uma ferramenta acessada por meio de senha individual, que funcionará como ambiente de apoio à aprendizagem. Será o principal meio de acesso entre professor mediador e alunos, onde serão postados os conteúdos das aulas, atividades, fóruns, entre tantas outras ferramentas que essa plataforma fornece.

O AVA do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD; para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e à visualização, e disponibiliza, ainda, os serviços de informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das teleaulas, materiais complementares, contatos, dentre outras estratégias de ensino.

3.8. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Será obedecida a Resolução 45/2017/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos, finalidades, organização e o funcionamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, definindo que:

Art. 13º O acompanhamento dos egressos será realizado com cada turma, após o primeiro semestre de conclusão do curso, estendendo-se, pelo menos, até o terceiro ano após a sua conclusão.

Art. 14º As informações que darão subsídio ao acompanhamento dos egressos serão coletadas por meio de questionário eletrônico, disponibilizado no Portal do Egresso.

Art. 15º Os questionários eletrônicos ficarão disponíveis permanentemente no portal do IFRO, sendo responsabilidade de cada *campus* divulgar e estimular a participação dos egressos.

Art. 16º Os Departamentos de Extensão em articulação com os demais departamentos, por meio de mensagens eletrônicas, solicitarão aos egressos o preenchimento do questionário, seis meses após a conclusão do curso e anualmente até que se completem cinco anos.

Art. 17º As informações obtidas serão disponibilizadas periodicamente no Painel de Indicadores do IFRO e atualizadas semestralmente.

Art. 18º Bianualmente as informações serão organizadas em forma de relatório, que darão origem aos indicadores para uso da Instituição na gestão administrativa e acadêmica.

3.9. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade; que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

No Curso Técnico Em Administração Subsequente ao Ensino Médio será incentivada a execução das seguintes atividades com o propósito de promover a inter-relação ensino, pesquisa e a extensão:

- Projetos de ensino: desenvolver projetos de ensino que impacte em ações de extensão;
- Iniciação científica e de extensão: incentivar os discentes, em conjunto com os docentes, a desenvolverem projetos de iniciação científica e de extensão que contribuam para o desenvolvimento local e regional;

- Empresa Júnior: fomentar a cultura empreendedora nos alunos, desenvolvendo atividades de mapeamento, racionalização e otimização de trabalhos, envolvendo ensino e extensão;
- Feira de negócios: utilizar na prática os assuntos abordados em aulas teóricas sobre empreendedorismo, para que os alunos possam aplicar e treinar as habilidades em trabalhos relacionados ao ramo;
- Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) na área de gestão: capacitar, aperfeiçoar e atualizar estudantes que desejem entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira rápida e eficiente.

3.10. CERTIFICAÇÃO

3.10.1. Certificação de conclusão do curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico Em Administração, conforme orientações do art. 7º do Decreto nº 5.154/2004 e Resolução nº 8/CONSUP/IFRO/2018, que dispõe sobre o Regulamento da Colação de Grau e da Cerimônia de Certificação de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO.

3.10.2. Certificação intermediária

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente. A Diretoria de Ensino, juntamente com o Conselho de Classe, decidiu por não ter neste projeto a certificação intermediária, pois a distribuição das disciplinas na matriz curricular não possibilita este tipo ação.

4. EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

4.1. REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 2 - Requisitos de formação por disciplina.

N.º	DISCIPLINA	FORMAÇÃO MÍNIMA REQUERIDA
1	Redação Oficial e Comercial	Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa
2	Introdução a Informática	Graduação em Informática, Ciência da Computação
3	Fundamentos de Administração	Graduação em Administração
4	Legislação Empresarial e Consumerista	Graduação em Direito
5	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Graduação em Administração
6	Fundamentos de Economia	Graduação em Economia
7	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Graduação em qualquer área de formação
8	Ética Profissional	Graduação em qualquer área de formação
9	Noções de Contabilidade	Graduação em Contabilidade
10	Matemática Financeira Aplicada	Licenciatura em Matemática
11	Economia Regional	Graduação em Economia
12	Fundamentos do Direito Tributário e Trabalhista	Graduação em Direito
13	Gestão de Pessoas	Graduação em Administração
14	Organização Empresarial	Graduação em Administração
15	Administração da Produção e Operações	Graduação em Administração
16	Fundamentos de Logística	Graduação em Administração
17	Gestão da Qualidade	Graduação em Administração
18	Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança	Graduação em Administração
19	Planejamento Empresarial	Graduação em Administração
20	Projetos Empresariais	Graduação em Administração
21	Planejamento Financeiro	Graduação em Administração
22	Administração Mercadológica	Graduação em Administração
23	Empreendedorismo e Inovação	Graduação em Administração
24	Projeto Integrador	Graduação em qualquer área de formação

Fonte: IFRO, 2020.

*Com conhecimento específico na área.

4.2. DOCENTES PARA O CURSO

A equipe de professores que ministrarão as disciplinas do curso será composta por professores bolsistas, que serão selecionados por meio de processo seletivo, a ser realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. O Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, modalidade EaD, será ofertado com recursos oriundos do Projeto de Fomento à Rede Federal-EPT 2019/2020.

4.3. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar se baseia na Resolução nº 023/REIT-CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, que regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do IFRO, que tem como objetivos: a. Implementar as condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo; b. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral; c. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais; d. Reduzir as taxas de retenção e evasão; e. Promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais. Os Programas de Assistência Estudantil do IFRO visam ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante, bem como conceder auxílios financeiros aos alunos com vulnerabilidade social para compra de material de distribuição gratuita, compra de material de consumo, despesas com passagens e deslocamentos, alimentação, entre outros. No AVA, toda a equipe multidisciplinar poderá prestar atividade de tutoria aos discentes e aos docentes. Inclusive é o espaço para que a coordenação de curso acompanhe o trabalho de discentes e docentes.

4.4. POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*. Tem, pois, como previsão, ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe e, conseqüentemente, ampliá-las. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

A formação continuada, como política de ensino e de extensão, visa à ampliação do nível de escolaridade dos docentes e pessoal de apoio administrativo. Essa formação atenderá à Política de Capacitação de Servidores do IFRO, envolvendo tanto os cursos de elevação vertical dos níveis de escolaridade quanto aqueles que sejam complementares e específicos às necessidades apresentadas pontualmente. Além dos cursos, são previstos, na mesma política, a participação dos servidores em outros eventos formadores, como congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios e diversas outras formas de encontro. A partir dos interesses demonstrados objetivamente pelos servidores, o IFRO tem investido em logística de liberação e no custeio da participação de docentes, técnicos administrativos em educação e gestores nos eventos de formações locais, nacionais e internacionais.

5. GESTÃO ACADÊMICA

O *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se de modo que o curso seja ministrado por meio do trabalho cooperativo, que envolve o apoio de órgãos colegiados e pessoal pedagógico-administrativo.

5.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do Curso trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. A coordenação do curso será realizada por um profissional com elevado grau de formação e titulação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. O coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e disponibilizar de tempo à coordenação.

5.2. COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é um órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo e deliberativo, composto pelo Coordenador de curso, docentes em exercício no curso e Discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano. As competências e a forma de funcionamento do conselho estão previstas no Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Resolução nº 7/REIT/CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018.

5.3. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo, composto por todos os professores do curso, pedagogos, Diretor-Geral do *campus*, Diretor de Ensino, Coordenador de Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos e os demais servidores que atuam diretamente com o atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma. As competências e a forma de funcionamento do conselho estão previstas no Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Resolução nº 7/REIT/CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018.

5.4. ASSESSORAMENTO AO CURSO

5.4.1. Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esta diretoria conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Biblioteca e Coordenação de Educação a Distância.

O Departamento de Apoio ao Ensino desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino. Com o auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, atua na dimensão do ensino técnico para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

A Coordenação de Assistência ao Educando desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; é o setor responsável pelo desenvolvimento dos programas de assistência estudantil. É constituída por uma equipe multiprofissional, cujo principal objetivo é prestar apoio aos estudantes do *campus*, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo, na perspectiva da equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

A Coordenação de Registros Acadêmicos registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

A Coordenação de Biblioteca registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso de obras impressas ou em outras mídias.

A Coordenação de Educação a Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino a distância no *campus*, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade.

5.4.1.1. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE.

O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional de estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas. O Núcleo tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A equipe nomeada para núcleo colabora com o corpo docente e Coordenação de Curso quanto à (ao) (s):

- atendimento especializado/específico;
- adaptação curricular e metodológica (parte teórica e parte prática);
- avaliação diferenciada conforme a necessidade específica apresentada;
- tecnologias assistivas;
- apoio/acompanhamento pedagógico;
- produção de material didático;
- possibilidade de ampliação do prazo máximo de integralização do curso (após análise do conselho);
- terminalidade específica (ver Resolução 2/2013/CNE/CEB).

5.4.2. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa das atividades de divulgação e da aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro da comunidade interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem; utiliza, como estratégias, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

Ligado ao Departamento de Extensão está a Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) e Coordenação de Formação Inicial e Continuada. A Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, que cumpre as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho e estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói bancos de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções. A Coordenação de Formação Inicial e Continuada articula a elaboração, acompanha a execução e avalia os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP)

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Atualmente possuem duas coordenações subordinadas a esse departamento: Coordenação de Pesquisa e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação.

A Coordenação de Pesquisa e Inovação trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

A Coordenação de Pós-Graduação trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do *campus* com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

5.4.3. Equipe técnico-pedagógica

A Equipe Técnico-Pedagógica é responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição escolar. É um trabalho de liderança que ajuda a instituição a desempenhar melhor o seu processo de ensino-aprendizagem, em função de uma educação de qualidade oferecida aos alunos.

Equipe Técnico-Pedagógica atende aos pais e alunos, orientando-os para um melhor aproveitamento das atividades escolares, além de serem responsáveis pela coordenação, implantação e implementação da proposta pedagógica do estabelecimento. É responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição, funcionando como um elo que une as partes envolvidas no ensino e aprendizagem dos alunos, estabelecendo uma ponte entre direção, professores, alunos e pais, formando uma rede interligada por interesses comuns. Essa equipe é composta pela diretoria de Ensino, orientador educacional, pedagogo, técnico em assuntos educacionais, Corpo Docente e Responsável pela Biblioteca Escolar.

6. INFRAESTRUTURA

6.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O *Campus* Porto Velho Zona Norte funciona na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor - Industrial, do município, e disponibiliza infraestrutura adequada para o desenvolvimento do curso. As salas são construídas em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco e massa acrílica, e o revestimento interno possui reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (conjuntos sanitários), com portas internas metálicas e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomada e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionado tipo *split*, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

O *campus* conta com os seguintes recursos de hipermídia: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio de transmissão e gravação, salas de EaD, impressoras, *scanners* entre outras aquisições que serão realizadas.

6.2. INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

6.2.1. Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

O IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, devendo atender o estabelecido na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

6.2.2. Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Diante da matrícula de aluno(a) com deficiência visual, o *campus* providenciará os recursos e/ou equipamentos que favoreçam a acessibilidade, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

6.2.3. Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Diante da necessidade, serão solicitados servidores ou prestadores de serviço para a tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais, bem como recursos ou equipamentos de tecnologia assistiva que favoreçam a acessibilidade aos alunos, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

6.3. INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1. Laboratórios

O *Campus* Porto Velho Zona Norte coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos 04 Laboratórios de Informática, com as seguintes configurações: 2 Laboratórios com dimensões de 84m² cada, com 40 computadores para estudantes em cada laboratório e 01 computador para o professor; 2 Laboratórios com dimensões de 52m² cada, com 25 computadores para estudantes em cada laboratório e 01 computador para o professor, onde todos os equipamentos podem ser utilizados diariamente, das 8h às 22h30min.

Todos os laboratórios contam com o software Microsoft Office® e outros, licenciados, a pedido dos professores, sendo prevista a instalação de softwares específicos, a critério das necessidades das disciplinas.

6.4. BIBLIOTECA

O *Campus* Porto Velho Zona Norte oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo espaços com computadores com acesso à internet e acervo bibliográfico básico com livros, CDs e DVDs. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

Os alunos têm acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais.

7. TECNOLOGIA DE EaD

7.1. PRODUÇÃO EM EAD

O *Campus* Porto Velho Zona Norte será responsável pela gestão, desenvolvimento e oferta das disciplinas e dos materiais necessários ao aprendizado dos alunos. Será responsável também pela operacionalização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em EaD, bem como, pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. O *Campus* contará com o apoio de setores de apoio pedagógico e técnico administrativo especializado, para o atendimento às demandas específicas da área de produção do material pedagógico e com disponibilização aos estudantes no ambiente de aprendizagem. Estes setores são:

- a) Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem: Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e

manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

b) Coordenação de Educação a Distância: Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos campi e coordenadores de polos.

c) Coordenação de Geração e Produção Audiovisual: É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos audiovisuais.

d) Coordenação de Material e Design Instrucional: Possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação à Distância. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos impressos e/ou em formato digital.

e) Revisor Textual: Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

7.2. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O material didático a ser utilizado, pelo curso, será produzido pelos professores em parceria com Departamento de Produção EaD do *campus* e disponibilizado em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação, além de estar disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

7.3. FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Todos os cursistas terão acesso a este espaço que conterà, dentre outros recursos, fóruns, chats e múltiplos espaços de interação entre professor, tutores e colegas, ou seja, um ambiente de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas com múltiplas possibilidades de desenvolver a aprendizagem.

Multimeios - Serão disponibilizados *softwares*, vídeos educativos e periódicos que estarão disponíveis nos espaços virtuais destinados a este fim.

Refratário/Repositório de Materiais Digitais Pedagógicos – Desenvolvido pelos parceiros, em rede, este espaço aglutina materiais produzidos e disponíveis nas áreas das disciplinas do curso. Este ambiente visa instrumentar o aluno no desenvolvimento de sua formação.

Biblioteca Virtual - Livros e periódicos estarão disponíveis na biblioteca virtual do IFRO, com amplo acesso de forma remota por todos os alunos do curso.

7.4. ESTRUTURA DOS POLOS

O Curso contará com Polos de Apoio Presencial (PAPs) para atender os alunos matriculados nos *Campi* onde for ofertado o curso. Polos de Apoio Presencial (PAPs) são unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para atendimento aos acadêmicos do curso. Para tanto, se constituem em um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor mediadores-aluno, aluno-aluno e demais sujeitos, bem como para contribuir em um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado pelo aluno.

Os Polos de Apoio Presencial funcionam nos *Campi* e escolas municipais e estaduais, oriundos de pactuação de convênios estabelecidos entre prefeituras, estado e IFRO por meio da Diretoria de Educação a Distância e utilizam as estruturas dos laboratórios de informática e bibliotecas. Os detalhamentos estruturais, operacionais e procedimentais quanto ao funcionamento dos polos constarão em documento normativo editado pelo IFRO.

O Coordenador do Polo articula-se com os diretores dos *Campi* e com as Coordenações dos Cursos. Todas as atividades e ações rotineiras da gestão do curso, deverão ser formuladas em um manual de procedimentos próprios a ser desenvolvidos pela Diretoria de Educação a Distância. Destarte, cada Polo de Apoio Presencial possui infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos alunos na realização das atividades online, o acompanhamento e orientação de estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais. No âmbito dos campi, a coordenação de polo poderá ser exercida pelo CEAD, de acordo com o regimento interno de cada unidade e demais regulamentos institucionais.

Compete aos Coordenadores de Polo: coordenar e acompanhar as atividades dos professores mediadores presenciais no Polo, acompanhar e gerenciar a entrega dos materiais no Polo, gerenciar a infraestrutura do Polo, relatar a situação do Polo à DEaD, a Coordenação Geral ou Coordenadores de Curso, programas, projetos, planos, realizar a articulação de uso das instalações do Polo de Apoio Presencial para o desenvolvimento das atividades de ensino presenciais, desenvolver outras atividades designadas pela Gestão EaD e pela equipe gestora do *Campus* ao qual o Polo se vincula na oferta, acompanhar as atividades dos cursistas e professores mediadores presenciais no Ambiente Virtual de Aprendizagem, coordenar e acompanhar as ações professores mediadores, apoiar professores mediadores das disciplinas no desenvolvimento de suas atividades, supervisionar e acompanhar as atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

8. BASE LEGAL

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. No entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal.

8.1. DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

1. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016);
2. Constituição da República Federativa do Brasil (1988);
3. Decreto nº 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96;
4. Lei nº 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
5. Lei nº 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
6. Lei nº 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
7. Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
8. Resolução CNE/CEB nº 06/2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Formação de Educadores a Distância na Pós-Graduação: Potencialidades para o desenvolvimento da investigação e produção de conhecimento. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1053-1072, out.-dez. 2012.

ARAÚJO, T. G. **O papel do professor mediador na elaboração do conhecimento na formação técnica**. Portal Educação, 2016. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/o-papel-do-professor-mediador-na-elaboracao-do-conhecimento-na-formacao-tecnica/73007>>. Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. **Receita Federal do Brasil**. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>>. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE-CEB-06_2012.pdf>. Acesso em: Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 3/MEC, de 21 de novembro de 2018**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 30 de setembro de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 36, de 13 de julho de 2009**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3337-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-36-de-13-de-julho-de-2009>>. Acesso em: Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em: Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12764.htm>. Acesso em: Acesso em: Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm>. Acesso em: Acesso em: 15 nov. 2020.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**, 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. **Número de empresas atuantes (2006-2017)**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29762&ano=2016>>. Acesso em: 24 set. 2019.

IBGE. **PIB Municípios (2006-2017)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

IFRO. **Portaria Nº 71/REIT - CGAB/IFRO**. Estabelece diretrizes e procedimentos para a oferta de cursos EaD com recursos institucionais no âmbito dos campi e polos vinculados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

IFRO. **Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFRO**. Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

IFRO. **Resolução nº 24/2019/CONSUP/IFRO**. Regulamento do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2019.

IFRO. **Resolução nº 29/2018/CONSUP/IFRO**. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

IFRO. **Resolução nº 45/2017/CONSUP/IFRO**. Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

IFRO. **Resolução nº 79/2016/CONSUP/IFRO**. Regulamento do Estágio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2016.

IFRO. **Resolução nº 88/2016/CONSUP/IFRO**. Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2016.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

OLIVEIRA, P. F.; SUELE, K. K. S. **O Papel do Tutor Mediador na Modalidade de Educação a Distância**, 2017. Disponível em: <<https://www.pedagogia.com.br/artigos/tutoreducacaodistancia/index.php>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

10. APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Redação Oficial e Comercial			Carga horária: 40	
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	1º	Etapa	1
Ementa					
Redação Científica. Textos Técnicos de Instrução, Oficiais e Comerciais: ofício, declaração, requerimento, Ata, Carta Comercial, e-mail, Relatório. Normas de Formatação de Documentos Oficiais.					

Referências básicas
<p>CÂMARA JR., J. Mattoso. Manual de Expressão Oral e Escrita. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva - Texto, Semântica e Interação. 4. ed. São Paulo: Atual, 2013.</p> <p>FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. Como Ler, Entender e Redigir um Texto. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>GARCEZ, L. H. do C. Técnica de redação: o que é preciso saber para escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p> <p>JESUS, Sérgio Nunes de; BARBOSA, Ingrid Leticia Menezes; SILVA, Albertina Neta Pereira da. Português Instrumental. Cuiabá: UFMT/IFRO, 2013.</p> <p>KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A Coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p>
Referências complementares
<p>INFANTE, Ulisses. Do Texto ao Texto: Curso prático de leitura e redação. São Paulo: Scipione, 2002.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. Português Instrumental: De acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Introdução à Informática		Carga horária: 40		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	1º	Etapa	1
Ementa					
Sistema Computacional. Sistemas Operacionais e suas aplicações. Ferramentas de Escritório; Recursos On-line, Conectividade, Tecnologias e suas aplicações; Dispositivos Móveis.					
Referências Básicas					

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática – Conceitos Básicos**. 8 ed. Ed. Campus, 2011.

BENINI FILHO, Pio Armando; MARÇULA, Marcelo. **Informática: conceitos e aplicações**. 3. Ed. São Paulo: Editora Érica, 2010.

MEIRELLES, Fernando Souza. **Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores**. 2. ed. Editora Makron Books, 2004.

Referências Complementares

SOUSA, Maria José; SOUSA, Sérgio. **Microsoft Office 2010 - Para Todos Nós**. Editora Lidel, 2011.

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. Ed. Pearson, 2008.

SILVA, Mario Gomes da. **Informática - Terminologia Básica**. Editora Erica, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Fundamentos de Administração	Carga Horária: 60			
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	1º	Etapa	2
Ementa					
<p>Conceito de Administração, evolução do pensamento e da Teoria Administrativa; Funções e habilidades do administrador; As Organizações; O processo administrativo; Estrutura Organizacional: Centralização e Descentralização; Comportamento organizacional; Liderança. A Ética e a Responsabilidade Social nas Organizações Modernas; As tendências da Administração.</p>					
REFERÊNCIAS BÁSICAS					
<p>CHIAVENATO, I.. Introdução à Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RICCIO, V.. Administração Geral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.</p> <p>STADLER, Adriano. Fundamentos da Administração. Curitiba: IFPR, 2011.</p>					
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES					
<p>ARAUJO, Luís Cesar G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. Teoria Geral da Administração: Orientação para Escolha de um Caminho Profissional. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006;</p> <p>MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p>					

OLIVEIRA, Otávio J. **Gestão Empresarial**: Sistemas e Ferramentas. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Rubens da Costa. **Manual de Gestão Empresarial**: conceitos e aplicações nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Legislação Empresarial e Consumerista		Carga horária: 60		
Núcleo	Profissionalizante		Módulo	1º	Etapa 2
Ementa					
Noções de Direito. Pessoa Natural. Pessoa Jurídica; Empresa; empresário (MEI e EIRELI, ME) e sociedades empresárias; Registro de empresa; Elementos de identificação de empresa; Dissolução, Liquidação e Extinção da Pessoa Jurídica. Noções de Direito do Consumidor. Noções de Licitação.					
Referências Básicas					
ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. Direito do Consumidor Esquematizado . Coordenação Pedro Lenza. 6ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2018.					
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.					
BRASIL. Lei nº 8.078 , de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.					
BRASIL. Lei nº 10.406 , de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.					
BRASIL. Lei nº 8.666 , de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.					
CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito Empresarial Esquematizado . 5ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.					
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.					
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 1998.					
Referências Complementares					
CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito Empresarial Esquematizado . 5ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.					
ALCANTARA, Silvano Alves. Direito empresarial e direito do consumidor /Silvano Alves Alcantara. Curitiba: InterSaberes, 2017. Livro eletrônico. 2Mb; PDF.					
TARTUCE, Flávio. Manual de direito do consumidor : direito material e processual / Flávio Tartuce, Daniel Amorim Assumpção Neves. – 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.					

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito empresarial sistematizado** - 8ª edição de 2019: Doutrina, Jurisprudência e Prática. Saraiva.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Carga horária: 40			
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	1º	Etapa	3
Ementa					
<p>Conceito de gestão ambiental, Sociedade e meio ambiente, Legislação e certificação ambiental, Desenvolvimento sustentável, externalidades, Gestão ambiental corporativa, Eco eficiência, Indicadores de sustentabilidade, Auditoria ambiental. Políticas da empresa e planejamento estratégico: a vinculação com os conceitos de qualidade, sustentabilidade e gestão ambiental.</p>					
Referências Básicas					
<p>Miranda, Robinson Nicácio de. Direito Ambiental, São Paulo: Rideel, 2009.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>Albuquerque, J.L, et al. Gestão ambiental e responsabilidade social: Conceito, ferramentas e aplicações. São Paulo, Atlas, 2009.</p> <p>Universidade Luterana do Brasil. Administração e meio ambiente. Curitiba, Ibpex, 2010.</p>					
Referências Complementares					
<p>BARBIERI, Jose Carlos. Gestão ambiental e empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 2011.</p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, 19ª ed. São Paulo; Malheiros, 2011. SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2009. ANGELO, Cláudio. A espiral da morte: Como a humanidade alterou a máquina do clima. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.</p>					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Fundamentos de Economia	Carga horária: 40 h			
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	1º	Etapa	3
Ementa					

Conceitos de Economia: Conceito, Objeto, Objetivos e Problemas Econômicos Fundamentais; Noções de Microeconomia: Oferta e Demanda e Estruturas de Mercado; Noções de Macroeconomia: Moeda e Inflação; Mensuração da Atividade Econômica e Balanço de Pagamentos.

Referências Básicas

EQUIPE, de Professores da USP. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.
 MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
 ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20ª. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2015.
 SANTOS, Francisco. Rodrigues dos. **Fundamentos de Economia**. Cuiabá: UFMT/IFRO, 2013.

Referências Complementares

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
 GONÇALVES, Reinaldo; NEVES, Renato. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2016.
 JEVONS, W. J. **Teoria da economia política**. LeBooks Editora, 2018.
 MARQUES, Rosa. Maria. **Economia brasileira**. São Paulo:Saraiva, 2018.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Noções de Contabilidade		Carga horária: 60		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	1º	Etapa	4
Ementa					
Conceito, objetivo e finalidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultados. Métodos de escrituração. Demonstrações contábeis.					
Referências Básicas					
BACINELLO, Edilson; BOM FIM, Jaqueline Pedroski. Contabilidade Geral . Cuiabá: UFMT, 2013.					
BÄCHTOLD, Ciro. Contabilidade Básica . Curitiba: IFPR, 2011.					
BOM FIM, Jaqueline Pedroski. Contabilidade Geral . Cuiabá: UFMT, 2013.					
MARION, José Carlos. Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 2009.					
Referências Complementares					
CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade . 6. ed. São Paulo: Atlas,					

2010.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Atlas, 2009.IUDÍCIBUS, Sergio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia (Livro-Texto). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Matemática Financeira Aplicada			Carga horária: 40	
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	1º	Etapa	4
Ementa					
Séries de pagamento: conceitos, classificações e aplicações. Amortização: conceito e aplicações.					
Referências Básicas					
MATHIAS, Washington Franco. Matemática Financeira . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.					
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira objetiva e aplicada . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.					
VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Financeira . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
Referências Complementares					
BODIE, Zvi.; MERTON, Robert. Finanças . 1. ed. Porto Alegre : Bookman, 2002.					
BRANCO, Anísio Costa Castelo. Matemática financeira aplicada . São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.					
GITMAN, Lawrence. Princípios de Administração Financeira . 2. ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.					
SAMANEZ, Carlos Patrício, Matemática Financeira-Aplicações à análise de investimentos . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006.					
TOSI, Armando José. Matemática Financeira com utilização da HP-12C . São Paulo: Atlas, 2006.					

PLANO DE DISCIPLINA

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD				
Disciplina	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional		Carga horária: 40	
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	2º Etapa	1
Ementa				
<p>Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Legislação e operacionalização do estágio.</p>				
Referências Básicas				
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação; referências; elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p> <p>LAKATOS, M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.</p> <p>FRANZIN, Sergio Francisco Loss. Orientação para prática profissional e pesquisa. Cuiabá: UFMT, 2013.</p> <p>FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico. 17. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2015.</p>				
Referências Complementares				
<p>AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos. 2. ed. São Paulo: Manole, 2009.</p> <p>BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília: Senado Federal, 2008.</p> <p>ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>MATTAR, J.; MATTAR NEGO, J. A. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>				

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD		
Disciplina	Ética Profissional	Carga horária: 40

Núcleo	Profissionalizante	Módulo	2º	Etapa	1
Ementa					
Fundamentos filosóficos da ética e da moral. Deontologia profissional e a importância do código de ética. Ética aplicada à gestão e as relações interpessoais no trabalho. Dilemas éticos no mundo contemporâneo.					
Referências Básicas					
ARANTES, Elaine Cristina. Ética empresarial . Paraná: IFPR, 2012. Disponível em: < http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1331/Etica%20Empresarial%202012%20ISBN.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 07 nov. 2019.					
GALLO, Silvio. Ética e cidadania : caminhos da filosofia. São Paulo: Papirus, 2012.					
PASSOS, Elizete. Ética nas organizações . São Paulo: Atlas, 2012.					
VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. O que é ética . São Paulo: Brasiliense, 2013.					
VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.					
Referências Complementares					
CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2012.					
OLIVEIRA, Antônio Roberto. Ética profissional . Pará: IFPA-Belém, 2012. Disponível em: < http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/374/etica_profissional.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 07 nov. 2019.					
SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . São Paulo: Atlas, 2009.					
SROUR, Robert Henry. Ética empresarial . Rio de Janeiro: Campus, 2013.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Economia Regional	Carga horária: 60			
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	2º	Etapa	2
Ementa					
Aspectos históricos da colonização do estado de Rondônia. Os planos de colonização do estado de Rondônia. Setores e atividades econômicas em expansão em Rondônia. Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Regional					
Referências Básicas					
MANKIW, N. Gregory. Trad. Maria José Cyhlar Monteiro. Introdução à economia : princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.					

TIUSSI, T. Denise. (et Al). **Economia Regional**. Cuiabá – MT: rede e–Tec Brasil/IFRO/2020.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro; SANTOS, Carlos; SILVA, Maurício. **Porto Velho: a produção do espaço urbano de Rondônia (1980/2010)**. Revista Geografar, v. 7, n. 1, 2012.

Referências Complementares

ARAGÃO, José Lima; PFEIFER, Luiz F. Machado; BORRERO, Manuel Antônio Valdés. **Ocupação tardia e o desenvolvimento da agropecuária no Estado de Rondônia: Uma história da bovinocultura no desenvolvimento regional***Delayed occupation and the development of agriculture in the state of Rondônia. Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, v. 13, n. 1, 2014.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Fundamentos do Direito Tributário e Trabalhista			Carga horária: 60	
Núcleo	Profissionalizante			Módulo	2
Ementa					
Sistema constitucional tributário; Princípios constitucionais tributários; Espécies tributárias; Competência tributária; Processo Administrativo Tributário; Planejamento tributário. Princípios e fontes do Direito do Trabalho; Relações de trabalho e emprego; Contrato de trabalho; Direitos trabalhistas.					
Referências Básicas					
ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário - 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2018.					
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .					
BRASIL. Lei Complementar nº 87 , de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir).					
BRASIL. Lei nº 5.172, de 25/10/1966 . Código Tributário Nacional. Brasília.					
MARTINS, Sergio Pinto. Direito Do Trabalho - 35ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2019.					
BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 . Consolidação das Leis Trabalhistas.					
Referências Complementares					
PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo / Leandro Paulsen. – 10ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2019.					
SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário . Saraivajur; Edição: Ano edição 2019.					

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13ª edição. São Paulo: LTr, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Gestão de Pessoas		Carga horária: 60 h		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	2º	Etapa	3
Ementa					
Introdução a gestão de pessoas; Evolução histórica da área de Gestão de Pessoas. as mudanças no mundo do trabalho; planejamento e gestão estratégica de pessoas. Captação e seleção de pessoas; avaliação de desempenho; plano de cargos; remuneração e benefícios; Gestão de carreiras, turnover; estratégias de valorização de retenção de talentos. Treinamento e desenvolvimento; Relacionamento Interpessoal. Estilos de liderança; cultura organizacional, clima organizacional e qualidade de vida no trabalho. Gestão do conhecimento e educação corporativa.					
Referências Básicas					
BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de Pessoas nas Organizações: Práticas Atuais sobre o RH Estratégico. São Paulo: Atlas, 2012.					
BOHLANDER, George W. SNELL, Scott. Administração de Recursos Humanos. 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.					
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.					
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
Referências Complementares					
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos. 3. ed. São Paulo: Manole, 2008.					
DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a Gestão de pessoas na empresa moderna. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.					
FERREIRA, Victor Claudio Paradela. Gestão de Pessoas. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.					
ULRICH, Dave. Recursos Humanos Estratégicos. 1. ed. São Paulo, Futura, 2000.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Organização Empresarial		Carga horária: 60		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo:	2º	Etapa	3

Ementa
A empresa e o ambiente: função social, função econômica, ambiente interno e externo. Estrutura organizacional. Departamentalização. Delegação. Centralização e descentralização. Layout. Formulários. Mudança organizacional. Cultura organizacional. Tipos de empresa. Estatuto da micro e pequena empresa. O papel das micro e pequenas empresas. Processo de abertura e registro.
Referências básicas
<p>ARAÚJO, L. C. G. de. Organização e métodos: integrando comportamento, estrutura, estratégia e tecnologia. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>CRUZ, T. Sistemas, organizações e métodos: integrando comportamento, estrutura, estratégia e tecnologia. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>OLIVEIRA, D. de P. R. de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>GEUS, A. de. A empresa viva. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.</p> <p>MARTINS, P. G; LAUGENI, F. P. Administração da produção. São Paulo: Saraiva, 2001.</p>
Referências complementares
<p>BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>BARÇANTE, L. C.; CASTRO, G. C. de. Ouvindo a voz do cliente interno: transforme seu funcionário num parceiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.</p> <p>CRUZ, T. Sistemas, organizações e métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>D'ASCENÇÃO, L. C. M. Organização, sistemas e métodos: Análise, redesenho e informatização de processos administrativos. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 1998.</p> <p>LAPA, R. P. Programa 5S. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1998.</p>

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Administração da Produção e Operações			Carga horária: 40	
Núcleo	Profissionalizante			Módulo	2º
				Etapa	4
Ementa					
Planejamento e função da produção e operação. Sintomas, problemas e soluções no planejamento da produção. Sistemas de planejamento e controle da produção e operações. Sistemas ERP (Planejamento de Recursos Organizacionais) e MRP II (Planejamento das necessidades de recursos). Sincronização: produção/vendas. Equipamentos e instalações.					
Referências Básicas					

CHIAVENATO, Idalberto. Administração da produção: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

CORRÊA, Henrique L. Administração da produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Petrônio G. Administração da produção fácil. São Paulo: Saraiva, 2012.

SLACK, N. et al. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 1999.

CORRÊA, H. L. et al. Planejamento, programação e controle de produção: MRP II / ERP: conceitos, uso e implantação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Referências Complementares

DISHI, M. TIPS Técnicas Integradas na Produção e Serviços: teoria e prática: São Paulo: Pioneira, 1995. HUGE, E. C. Guia para Excelência de Produção: Novas Estratégias para Empresas de Classe. São Paulo: Atlas, 1993.

MAYER, R. R. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 1996.

MOREIRA, D. A. Administração da Produção. São Paulo: Pioneira, 1993.

RUSSOMANO, V. H. PCP: Planejamento e Controle de Produção. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1995. SCHONBERGER, R. J. Fabricação classe mundial: a próxima década. São Paulo: Futura, 1997.

TUBINO, D. F. Manual de Planejamento e Controle da Produção. São Paulo: Atlas, 1997.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Fundamentos de Logística		Carga horária: 40		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	2º	Etapa	4
Ementa					
Histórico e Conceito Logístico; Atividades Primárias e de Apoio; Tipos de Modal; Noções básicas da Administração de Material e Patrimonial; Gestão de Estoques e Armazenagem; Distribuição e Transporte; Tendências logísticas.					
Referências Básicas					
ALT, Paulo Renato Campos; MARTINS, Petrônio G. Administração de Materiais e recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.					
CASTIGLIONI, José Antonio de Mattos. Logística Operacional: Guia Prático. 2. ed. São Paulo: Érica, 2009.					
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.					
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/ logística empresarial. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.					

Referências Complementares

CAXITO, Fabiano. Logística : Um enfoque prático. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais : Princípios, Conceitos e Gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TAILOR, David A. Logística na cadeia de suprimento : uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

NOGUEIRA, Amarildo de Souza. Logística empresarial : uma visão local com pensamento globalizado. São Paulo: Atlas, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 9. ed. São Paulo: Manole, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Gestão da Qualidade		Carga horária: 40		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	3º	Etapa	1
Ementa					
Histórico. Conceitos. Organização para qualidade. Programas de melhoria da qualidade. Certificações. Sistemas de gestão pela qualidade total. Filosofia 5S. Ciclo PDCA. Ferramentas da qualidade. Produtividade. Padronização. Normatização.					
Referências Básicas					
DAVID, Cláudio G; CRAVEIRO, Fernanda A; ARAÚJO, Marcos H. Gestão da Qualidade : Caderno do Curso Técnico em Administração (pdf). Universidade Federal do Mato Grosso: Rede e-Tec Brasil, 2012.					
MELLO, Carlos Henrique Pereira(org.). Gestão da qualidade . Rio de Janeiro: Pearson Education do Brasil, 2011. 355 p.					
PALADINI, Edson P. (coord.). Gestão da qualidade : teoria e casos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 302 p.					
Referências Complementares					
CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Gestão da qualidade : conceitos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 247 p.					
MELLO, Carlos Henrique Pereira. ISO 9001:2000 : sistema de gestão da qualidade para operações de produção de serviços. São Paulo: Atlas, 2002. 224 p.					
PHILIPPI JR, Arlindo(coord.). Marketing ambiental : sustentabilidade empresarial e mercado verde. Barueri: Manole, 2017. 257 p.					
PHILIPPI Junior, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. Curso de gestão ambiental . Barueri: Manole, 2004. 1045 p.					
ZYLBERSZTAJN, Roberto Fava Scare; ANDRÉ, Meloni Nassar. Gestão da qualidade no agribusiness : estudos e casos. São Paulo: Atlas, 2003. 273 p.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina:	Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança			Carga Horária: 40h	
Núcleo	Profissionalizante			Módulo:	3º Etapa 1
Ementa:					
<p>Introdução aos aspectos conceituais inerentes ao atendimento (cliente, cidadão, usuário, prestador de serviço). Mudança de comportamento do cliente/usuário (influências ambientais). Cliente como indivíduo. Aspectos da excelência no atendimento. Comunicação, apresentação pessoal e postura no atendimento. Técnicas de cobrança em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, técnicas de abordagem do cliente, técnicas de atendimento e vendas, gestão do tempo no atendimento aos clientes, prospecção e gestão do relacionamento com o cliente.</p>					
Referências básicas:					
<p>FERNANDES, Walberto. Excelência no Atendimento a cliente: um livro para todos os profissionais de atendimento. Salto: Editora Schoba, 2010.</p> <p>LAS CASAS. Alexandre Luzzi. Excelência em Atendimento ao Cliente: atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.</p> <p>_____ Marketing de Serviços. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>BENTES, Otávio Morand. Atendimento ao Cliente. Curitiba: IESDE, 2011.</p>					
Referências complementares:					
<p>CASTRO, Guilherme Caldas. et al. Comportamento do Consumidor. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>FINCH, Lloyd C. Cortesia ao telefone e atendimento ao cliente. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.</p> <p>MORAES A. Ergonomia – Conceitos e Aplicações. Rio de Janeiro: 2 A B Editora, 1998.</p> <p>SÁ, Carlos Alexandre. Estabelecimento de limite de crédito: uma nova abordagem para um velho problema. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.</p> <p>WELLINGTON, Pat. Atendimento eficaz ao cliente. São Paulo: Clio Editora, 2011.</p>					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Planejamento Empresarial			Carga horária: 40	
Núcleo	Profissionalizante			Módulo:	3º Etapa 2

Ementa
Origem da estratégia. Planejamento estratégico, tático e operacional. Etapas e instrumentos do Planejamento. Definição de objetivos, missão, visão e valores. Elaboração de planos de ação. Estratégia e posicionamento competitivo. Métodos de avaliação e controle.
Referências básicas
CUSUMANO, Michael; MARKIDES, Constantinos. Pensamento estratégico. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
HITT, Michael; HOSKISSON, Robert; IRELAND, R. Duane. Administração estratégica. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2003.
OLIVEIRA, Djalma P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2001.
SERRA, Fernando; TORRES, Maria Cândida; TORRES, Alexandre P. Administração estratégica. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2003.
Referências complementares
HOOLEY, Graham; SAUNDERS, John. Pensamento competitivo. São Paulo: Makron Books, 1996.
KOTLER, Philip. Marketing essencial. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.
ROBBINS, Stephen P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Projetos empresariais		Carga horária: 40		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	3º	Etapa	2
Ementa					
Definição, contextualização, abordagens, estrutura e ciclo de vida do projeto. Teoria e roteiro prático para a administração de projeto. Gestão de projetos e preceitos de cidadania. Elaboração e avaliação de planos de projetos. Escopo do projeto. Execução, controle e gerenciamento do projeto. Processos da administração da qualidade do projeto. Planejamento de tempo e custo. Administração de problemas e dos riscos do projeto. Escritório de gerenciamento de projetos; A equipe e o gerente do projeto.					
Referências básicas					

CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de Projetos Empresariais: análise estratégica e estudo de viabilidade. São Paulo: Atlas, 2015.

DINSMORE, P. C. Transformando Estratégias Empresariais em Resultados através da Gerência por Projetos. São Paulo: Qualitymark, 2003.

MACHADO, J. A. P. Projetos Econômicos: uma abordagem prática de elaboração. São Paulo: Nobel, 2002.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. Atlas, 2014.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru; ANSELMO, Jefferson Leandro. Escritório de gerenciamento de projetos: um estudo de caso. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 41, n. 4, 2006.

MENDES, João Ricardo Barroca. Gerenciamento de projetos. Editora FGV, 2015.

RABECHINI JR, Roque. O gerente de projetos na empresa. Editora Atlas SA, 2015.

Referências complementares

BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

CLEMENTE, A. (Org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo, 1998.

GALVÊAS, E. Aprendiz de empresário: introdução à formação do dirigente de empresa. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científico, 1984.

OLIVEIRA, D. P. R. Estratégia empresarial: uma abordagem empreendedora. São Paulo: Atlas, 1988.

SPÍNOLA, N. Elaboração de Projetos: teoria e prática. Salvador: Sebrae/Ucsal, 1993.

SPÍNOLA, N. Projetos Empresariais. São Paulo: Editora Ms, 2000.

UNIASSELVI. Projetos Empresariais. São Paulo: Editora Uniasselvi, 2012.

VASCONCELLOS, A. ; GOULART, P. Análise e Projetos de Sistemas Empresariais. São Paulo: Ltd/ Datamec, 1977.

VASCONCELOS, E. & HEMSLEY, J. R. Estruturas das Organizações: tradicionais, para inovação e matricial. São Paulo: Pioneira, 1986.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Planejamento Financeiro		Carga horária: 60		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	3º	Etapa	3
Ementa					
Conceitos gerais e uso atual da Administração financeira. Principais Rotinas e Ferramentas da Administração Financeira. Elaboração e Análise do Fluxo de Caixa. Análise de Crédito e Cobrança. Prazos e Ciclo operacional. Análise do Ponto de Equilíbrio. Gestão Financeira de Estoques. Fontes e Tipos de Financiamento.					
Referências básicas					

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12o ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEME JUNIOR, Antônio Barbosa. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. São Paulo: Elsevier, 2010.

MOREIRA, José Carlos. **Orçamento empresarial: manual de elaboração**. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Referências complementares

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009

GROPPELLI; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

LEME JUNIOR, Antonio Barbosa, CHEROBIM, Ana Paula, RIGO, Cláudio Miessa. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MOREIRA, José Carlos. **Orçamento empresarial: manual de elaboração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSS, Stephen A. et al. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, Antônio. **Gerência financeira para micro e pequenas empresas**. 2a Ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Administração Mercadológica			Carga horária: 60	
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	3º	Etapa	3
Ementa					
Conceito e histórico do marketing; o ciclo do marketing na história; a orientação, o ambiente e as estratégias de marketing; o marketing empresarial e seu ambiente; o marketing e o consumidor; segmentação de mercado; novas direções do marketing; trade marketing; buzz marketing/marketing viral ou de guerrilha; o benchmarking; composto de marketing; vendas; tipos de clientes; pesquisa de marketing; plano de marketing.					
Referências básicas					
BARCELLOS, Ricardo; SCHELELA, Simone S.. Marketing e Vendas. Curitiba: IFPR, 2012.					
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
KOTLER, Philip. O marketing sem segredos. Philip Kotler responde suas dúvidas. Porto					

Alegre: Bookman, 2005.

KOTLER, Philip. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Referências complementares

KELLER, Kevin Lane; KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 14. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2012. KOTLER, Philip. Marketing para o Século XXI. São Paulo: Futura, 2012.

COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. CHURCHILL JR, Gilbert A. Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2012.

SHIRAIISHI, Guilherme. Administração de Marketing. São Paulo: Pearson Brasil, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD					
Disciplina	Empreendedorismo e Inovação		Carga horária: 60		
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	3º	Etapa	4
Ementa					
<p>Perfil do empreendedor. Tipos de empreendedor. Negócios e arranjos produtivos. O processo empreendedor: identificação de oportunidades; o plano de negócio; a busca de financiamento; a assessoria para o negócio. Questões legais de constituição de empresas. Criatividade, flexibilidade e inovação: conceitos de produto, processo e organização relacionando o tema à estratégia e ao desempenho de mercados. Recomendações ao empreendedor.</p>					
Referências Básicas					
<p>DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p> <p>AUDY, J.;MOROSINI, M.(Orgs.) Inovação e Empreendedorismo na Universidade. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2006.</p> <p>ALTER, N. Inovação, risco e transgressão nas organizações. IN: DAVEL, E.;VERGARA, S.(Orgs.) Gestão com Pessoas e Subjetividade. São Paulo: Editora Atlas, 2001.</p> <p>BARBIERI, J.(Org.) Organizações inovadoras. Estudos e casos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, p. 41-63, 2003.</p>					
Referências Complementares					
<p>BERNARDES, R.;ANDREASSI, T. Inovação em serviços intensivos em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Pioneira, 2005.</p>					

SANTOS, Renato Lima; SOUZA, Lady Day Pereira. **Empreendedorismo**. Cuiabá: UFMT, 2013.

JOHNSON, Spencer. **Quem mexeu no meu queijo? Para jovens**. São Paulo: Record, 2003.

PINCHOT, Gifford; PELLMAN, Ron. **Intra-empendedorismo na prática: um guia de inovação nos negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SNELL, Scot A. **Novo cenário competitivo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA						
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD						
Disciplina	Projeto Integrador		Carga horária: 60			
Núcleo	Profissionalizante	Módulo	3º	Etapa	4	
Ementa:						
Definição do negócio; escopo do projeto; planejamento financeiro, financiamento/investimento; plano de ação; cronograma; plano de marketing; plano de negócio; relatório do projeto: estrutura, normas ABNT.						
Referências Básicas						
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.						
LAKATOS, M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.						
CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de Projetos Empresariais: análise estratégica e estudo de viabilidade. São Paulo: Atlas, 2015.						
KELLER, Kevin Lane; KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 14. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2012. KOTLER, Philip. Marketing para o Século XXI. São Paulo: Futura, 2012.						
PADOVEZE, Clóvis Luís. Introdução à administração financeira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.						
Referências Complementares						
HOJI, Masakazu. Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.						
ALTER, N. Inovação, risco e transgressão nas organizações. IN: DAVEL, E.; VERGARA, S.(Orgs.) Gestão com Pessoas e Subjetividade. São Paulo: Editora Atlas, 2001.						